

## PERCEPÇÃO DE TRAVESTIS SOBRE AS REPRESENTAÇÕES DE PROFISSIONAIS DA SAÚDE NO ATENDIMENTO EM UNIDADES BÁSICAS

Francisnei Freitas Santos <sup>1</sup>, Maria da Conceição Quirino dos Santos<sup>2</sup>.

**RESUMO:** O presente trabalho tem como objetivo Investigar a percepção das travestis sobre a representação que os profissionais de saúde possuem delas e sua influência ou não na busca por atendimento à saúde. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa. A inquietação que deu origem à pesquisa formula-se na seguinte pergunta: Quais os enfrentamentos da pessoa transexual durante o atendimento ofertado na rede básica de saúde? Para tanto recorre-se como suporte epistemológico em livros e revistas especializadas, sobre as pessoas transgêneras em unidade de saúde, assim como entrevistas semiestruturas a profissionais de saúde, problematizando a qualificação dos profissionais e os serviços de saúde prestados nas diversas áreas com base nos princípios e diretrizes do sistema único de saúde-SUS.

**Palavras Chave:** Identidade de gênero; Transgêneras; Profissionais da saúde.

**ABSTRACT:** The present study aims to Investigate the perception of transvestites on the representation that health professionals have of them and your influence or not in the quest for health care. It is a qualitative research that allows. The concern that gave rise to the formula in the following research question: what are the clashes of the transsexual person during the care offered in the basic health network? For both uses as epistemological support in books and magazines, about transgender people in health unit, as well as interviews semiestruturas the health professionals, questioning the qualification of professionals and health services provided in the various areas on the basis of the principles and guidelines of the sistema único de saúde-SUS.

**Key words:** Gender identity; Transgender; Health professionals.

**Resumen:** este estudio pretende investigar la percepción de los travestis en la representación que tienen de profesionales de la salud de ellos y su influencia o no en la búsqueda de atención de la salud. Es una investigación cualitativa que permite. La preocupación que dio origen a la fórmula en la siguiente pregunta de investigación: ¿Cuáles son los enfrentamientos de la persona transexual durante el cuidado ofrecido en la red básica de salud? Para ambos se utiliza como soporte epistemológico en libros y revistas, acerca de personas transgéneras en unidad de salud, así como entrevistas a semiestruturas profesionales de la salud, cuestionando la cualificación de profesionales y servicios de salud proporcionados en los distintos ámbitos sobre la base de los principios y directrices del sistema único de saúde-SUS.

**Palabras clave:** género identidad; Transgénero; Profesionales de la salud.

<sup>1</sup> Discente do curso de Enfermagem da Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC)

<sup>2</sup> Enfermeira – Aluna especial do Doutorado; Mestre em Terapia Intensiva - Docente Auxiliar da Faculdade de Tecnologia e Ciências/FTC Jequié/BA.

## **INTRODUÇÃO**

Segundo dados do Censo de 2014 realizado na Bahia, houve um crescimento de 200% no número de pessoas quem se declaram transgêneras, se configurando um fenômeno recente e desafiador. Ainda segundo o Censo do IBGE umas parcelas significativas dessas pessoas estão inseridas em processo de prostituição. Esta realidade crescente suscita à necessidade de ações e adequações as unidades de saúde e aos profissionais da área na busca em reconhecer essas travestis como usuárias do SUS, buscando viabilizar uma melhoria da qualidade de vida e atenção à saúde as mesmas.<sup>(1)</sup>

Logo, o município denota características visíveis para observação da realidade de travestis femininas e sua relação com os profissionais da área da saúde trazendo a chance de entender os caminhos que compõe este contexto. Por isso, é preciso pensar como as esses profissionais inseridos nas unidades básicas de saúde percebem e compreendem as especificidades trazidas pelas usuárias travestis. O profissional do campo da saúde tem o dever de oferecer um atendimento condizente com as normas atreladas ao Sistema único de Saúde (SUS) e proporcionando o acesso a todas as pessoas indiscriminadamente.<sup>(2)</sup>

Nesta perspectiva, originou-se a pergunta: Quais os enfrentamentos da pessoa transexual durante o atendimento ofertado na rede básica de saúde? Tal indagação orientou o percurso percorrido para a elaboração e escrita deste artigo, dando suporte para as futuras respostas da pesquisa de campo. Assim, o presente trabalho tem como objetivo geral: Investigar a percepção das travestis sobre a representação que os profissionais de saúde possuem delas e sua influência ou não na busca por atendimento à saúde.

Durante o levantamento do referencial teórico para a realização da pesquisa, selecionamos os seguintes teóricos, tendo em consideração que pretendemos elaborar uma bibliografia básica e seletiva para fundamentar toda escrita do trabalho, sendo estes representados, principalmente, pelos seguintes teóricos: TERTO, 2010; PELUCIO, 2010, MELLO, 2012; PISANESCHI, 2010; SCOTT, 2011 este autores representam a base para entender e fomentar o debate presente no desenvolvimento da escrita.

## **MÉTODO**

Desse modo, adotou-se nesta pesquisa uma proposta teórica – metodológica utilizando abordagem qualitativa dos dados obtidos e demonstração desses dados em transcrição da fala dos sujeitos pesquisados, o que possibilita a leitura dessas representações em conformidade com a

análise interpretativa. A pesquisa qualitativa aplicada a enfermagem viabiliza os estudos de fenômenos presentes nesse campo de conhecimento.

Ao escolher este tipo de abordagem para fundamentar este artigo pretendeu-se fornecer subsídios para a compreensão a fim de validar a pesquisa. Tendo como cenário da pesquisa três Unidades Básicas de Saúde em um Município do interior da Bahia, Brasil. A escolha dessas unidades deu-se pelo fluxo de usuários, pelo histórico de atendimento a travestis femininas e pela recepção e adesão dos profissionais nas unidades citadas em participar na pesquisa.

Os sujeitos participantes da pesquisa foram cinco pessoas transgêneras, transexuais e travestis. As pessoas entrevistadas tinham entre 22 e 46 anos de idade. A maioria possuía nível médio de escolaridade e trabalhavam. Todos tinham um tipo de vínculo com a militância e/ou alguma ONG. Os critérios de escolha dos participantes da pesquisa foram: Terem buscado ou terem sido atendidas nas unidades onde a pesquisa foi desenvolvida; estarem inseridos em unidades básicas de saúde pesquisadas, serem pessoas transgêneras moradoras da cidade

Os dados da pesquisa foram coletados por meio do contato feito diretamente com os pesquisados utilizando o método de entrevista semiestruturada. A mesma favorece o investigador-entrevistador, na qual “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações.<sup>(3)</sup> Com isso, a coleta de dados por este instrumento evidencia os processos de construção do outro, dando importância, em identificar e relatar as visões dos pesquisados com a interação e a sua história de vida.

Os contatos com as travestis foram feitos através do método “bola de neve” onde uma entrevistada indicou outras, e assim por diante. As participantes foram informadas da pesquisa no primeiro contato, onde o objetivo do projeto foi devidamente esclarecido a partir da apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, respeitando as regras éticas em conformidade com a Lei 466/2012. Percebe-se que “as entrevistas permitem a compreensão minuciosa das motivações, atitudes, valores, e crenças dos sujeitos pesquisados”<sup>(4)</sup>. Esse tipo de método de coleta de dados possibilita ao entrevistador um maior contato com o entrevistado. A entrevista semiestruturada, facilitava livre expressão do entrevistado, assim, deixando os entrevistados a vontade para expressar seus pensamentos quanto à temática, revelando informações confiáveis nas respostas dos questionamentos.

O presente estudo foi submetido ao comitê de ética para análise de projetos de pesquisa da Faculdade de Tecnologia e Ciências de Salvador/Bahia, e foi aprovado com número do parecer: 1.886.881, dando segmento às entrevistas.

Para garantir o caráter sigiloso das informações, os depoimentos dos entrevistados foram codificados em cores escolhidas ao azar como se apresentam na Tabela 2 juntamente com os resultados sócio-demográficos..

## RESULTADOS

As entrevistas foram realizadas em lugares escolhidos pelos(as) próprios(as) participantes. Na tentativa de evitar espaço limitante, deixou-se o entrevistado mais à vontade para falar. Ouve a necessidade de mais do que um encontro por participante no intuito de elucidar as respostas dando originalidade e veracidade nas transcrições das escritas. Os formulários sociodemográficas foram respondidos durante um terceiro encontro por entender que as perguntas foram exaustivas gerando respostas reflexivas e às vezes curtas.

Em relação ao tempo de entrevista, durou em média uma hora e às vezes no mais tardar uma hora e trinta cada uma, por isso, o primeiro encontro foi mais longo, por conta de terem sido as primeiras experiências com o roteiro da entrevista.

À continuação dos resultados, apresenta-se nesse momento uma síntese ilustrativa dos resultados obtidos no processo de construção das categorias (ou eixos temáticos). Essas categorias foram compostas a partir dos achados de cada subtema, obtidos por meio das entrevistas.

A Tabela 01 traz esquematicamente o processo de construção das categorias temáticas e o agrupamento das mesmas, a fim de ilustrar sinteticamente as etapas do trabalho realizado.

Tabela 01: Processo de construção das categorias

Objetivos	Questões do roteiro	Unidades de sentido	Categorias temáticas
Investigar a percepção das transgêneras sobre a representação que os profissionais de saúde possuem delas e sua influência ou não na busca por atendimento a saúde	-Como descreveria a forma como tem sido atendido(a) pelos(as) profissionais da área de saúde?	Relativo Preconceito Respeito Indiferença Enfrentamento	1-Entre o preconceito e a busca por respeito
	-O que você recomendaria de melhoras nas Unidades Básicas de Saúde?	Igualdade Humanização Respeito	Necessidade de direitos respeitados

		Acolhimento Menos preconceito	
	-Seu nome social tem sido respeitado pelos(as) profissionais da saúde?	Dificuldade Constrangimento Desrespeito Insatisfação	Constrangimento pelo não uso do nome social

A seguir apresentamos a segunda tabela síntese dos dados sócio-demográficos dos participantes.

Tabela 02: Síntese dos dados sócio-demográficos dos participantes

Participante	Auto identificação	Idade	Escolaridade	Profissão
Rosa	Mulher	32	Superior completo	Pedagoga
Vermelho	Mulher	23	7º ano fundamental	Cabeleireira
Amarelo	Mulher	24	Fundamental incompleto	Cabeleireira
Lilás	Mulher	28	Superior incompleto	Estudante
Púrpura	Mulher	46	6º ano fundamental	Manicure

## DISCUSSÕES

Diante disso, dá-se segmento com as discussões com base nas categorias relacionadas. Na categoria 1-Entre o preconceito e a busca por respeito, as entrevistadas responderam da seguinte maneira:

Eu vejo a falta preparo das pessoas que trabalham na rede de saúde. Ainda encontro dificuldades com essas pessoas em relação ao meu nome e minha orientação de gênero. Fui discriminada pelo atendente responsável pelo cadastro do SUS em relação ao meu nome social, acredito que o atendimento deveria receber bem as pessoas independente de quem seja não importa a cor, o sexo, o gênero a religião é preciso ver as pessoas como seres humanos que tem os mesmos direitos. (Rosa)

No hospital alguns profissionais de saúde tratam você com indiferença por ser travestir ou gay e os médicos não diferentes, eles chamam pelo nome que optei, mas deveria ter um tratamento melhor. Acho que deveria olhar, mas as pessoas com menos preconceito e não só como travestir ou gay todo mundo tem direito de ser tratado igual independente de gênero, cor ou sexo somos seres humanos. (Vermelho)

Quando vou a uma unidade de a saúde eu vejo como o atendente me olha, as enfermeiras e o médico, eles muitas vezes, tratam você como se fosse algo indefinido, com indiferença, ou seja, um nada. Então você fica meio perdida naquele lugar onde ninguém sabe dizer o que devo fazer é muitas vezes constrangedor. (Amarelo)

As falas dos entrevistados da pesquisa denotam de maneira incisiva que os profissionais de saúde percebem as pessoas transgêneras em uma perspectiva da violência institucional motivada pela diversidade sexual e relações de gênero. Ao estar em contato com esses profissionais as entrevistadas experimentam as reverberações de uma prática profissional na área da saúde pautada em valores que se afastam dos princípios do SUS de universalização, da equidade, da integralidade no atendimento. Esse quadro também vai de encontro com as diretrizes da Política Nacional de Humanização da Gestão e da Atenção (PNH).<sup>(7)</sup>

Desse modo, ao imprimir um atendimento que ferir os princípios do SUS e da PNH, além de expressar os elementos normativos de uma ideologia socialmente construída de hetero normatividade, tais profissionais legitimam no campo da saúde os mecanismos de rejeição social, cultural de gênero e política que transgêneras convivem em seu dia a dia. Isso significa dizer que o aquele espaço de saúde formado por seus profissionais acaba por reproduzir toda carga preconceituosa e discriminatória que acarreta ser uma pessoa transgênera na sociedade atual, reforçando ainda o caráter de invisibilidade em mais uma dimensão social destas pessoas.<sup>(8)</sup>

O processo de invisibilidade na área da saúde imposto as pessoas transgêneras neste cenário representa a falta de compromisso social de promoção da saúde e da negação do conjunto ideário que forjam e fomentam os aparatos legais de caráter civis e sociais que regem o país. Atender a pessoa transgêneras e garantir a elas as condições necessárias ao seu atendimento é estabelecer a articulação entre as diretrizes e a realidade, viabilizando ainda abertura da visão sobre as subjetividades que pertencem ao ser humano em todas as suas dimensões.

Com isso a pesquisa segue com a categoria 2.

2ª Categoria: Necessidade de direitos respeitados, o atendimento demonstrado pelas falas das entrevistadas revela que muitos profissionais ainda não conhecem a dimensão das questões que envolvem o gênero e a sexualidade, mostrando um determinado despreparo na condição de atender

e promover a saúde desta parcela da população. Podemos visualizar isso nas falas abaixo na qual as entrevistadas revelam que:

Gostaria que houvesse um atendimento na qual eu não me senti-se ameaçada, mas sim a vontade para expor todos os problemas necessários. Um atendimento humanizado com educação e problemas solucionados. (Lilás)

Preferia ser atendida com mais educação e cautela, pois os mesmo são exagerados nas grosserias. Como sempre os médicos e doutores com frases e comportamentos constrangedores, precisam de um treinamento mais rígido. (Púrpura)

As falas acima apontam para o entendimento de que as entrevistadas compreendem o espaço da unidade como território de universal de direitos, questionando a postura dos profissionais e indicando eventuais mudanças de comportamento. Essa característica possibilita entender que as entrevistadas se percebem como sujeitos de direitos e compreendem o espaço de saúde como acesso a esse direito.

Logo, é urgente que a unidade de saúde e todos os profissionais envolvidos compreendam a importância de reconhecer as especificidades no atendendo e acolhimento desse público, vislumbrando a redução do constrangimento das situações, a diminuição da discriminação e do estigma, bem como, entender e adaptar as demandas trazidas pelos vários segmentos sociais pertencentes ao campo das minorias.

Cabe ainda lembrar, que a unidade de saúde deve articular os elementos da Política Nacional de Saúde Integral LGBTTT, a implementação de princípios dessas políticas aplica-se em ações que permitem a pessoa transgênera acesso ao SUS e seus espaços de saúde, “é fundamental trabalhar para que todo o SUS possa adequar-se a essas demandas atuais, que requerem dos serviços atenção às especificidades”.<sup>(9)</sup>

Os atendimentos que tenho como perfil a violência institucional motivada pela diversidade sexual e relações de gênero em unidades de saúde percebidos nas falas das entrevistadas desse trabalho, leva a refletir “o imenso caminho a ser percorrido rumo à conscientização dos profissionais da saúde diante das extremas consequências individuais e sociais causadas pela homofobia”<sup>(10)</sup> Portanto, reformular o atendimento das unidades de saúde, em relação, a população de pessoas transgêneras de Jequié torna-se uma oportunidade de inclusão, respeito a normas e legislação e o respeito à diversidade sexual e de gênero.

Estas reformulações articulam a mudança de comportamentos, capacitação específicas e quebra de estigmas hetero normativos culturalmente construídos e arraigados no pensar e no agir dos profissionais que formam as unidades de saúde. Porém, trata-se um processo gradual e específico que requer iniciativas públicas e pessoais que possibilite repensar papéis e reafirmar conciliadores de igualdade. <sup>(11)</sup>.

Por fim, é preciso reafirmar os valores que regem o SUS no dia a dia das unidades de saúde, principalmente, no que diz respeito à população transgêneras. O que foi observado por meio das falas das entrevistadas representa um quadro de reflexão e intervenção, na qual os gestores e as próprias instâncias institucionais devem buscar caminhos para sua minimização. Esses caminhos podem ser construídos com a participação da comunidade LGBTTT da cidade e de representantes de identidades ligadas ao SUS e ao governo local.

O acesso e a ampliação da permanência da população transgêneras nos serviços de saúde é uma recomendação garantida por políticas públicas e deve ser um processo contínuo e assegurado. Possibilitar que esses sujeitos sejam atendidos e respeitados em suas individualidades durante esse atendimento também proporciona a criação de novas políticas, locais e contextualizadas, intensificando o perfil democrático do SUS e estabelecendo um caráter renovador nas gestões em saúde para minorias, viabilizando uma maior “sensibilidade de gestores e dos demais servidores da Saúde, para que reconheçam, na população trans atores que precisam desses serviços e que devem ser respeitados em suas demandas e identidades”. <sup>(11)</sup>

Ao final, as falas das entrevistadas estão carregadas das situações de estigma e violência institucional estimulada pela diversidade sexual e relações de gênero, na perspectiva do uso do nome social. Os relatos apontam na categoria 3: Constrangimento pelo não uso do nome social, ao trazer essas falas percebeu-se que o atendimento imposto a esses sujeitos perpassam por princípios deturpados com as diretrizes do SUS relacionados a falta de uso do nome social, e, respeito deste pelas equipes de saúde. A seguir trechos de duas entrevistadas que justificam a discussão anterior.

Me sinto respeitada pelos porteiros, segurança e enfermeiro, como sempre os médicos e doutores é tudo constrangedor. Nunca chama pelo nome que escolhi. (Púrpura)

Não, ninguém usa, ainda encontro dificuldade com essa pessoas no uso de meu nome social. (Rosa)

Esse cenário compromete a implementação de políticas públicas para essa população e as impedem de serem solidificadas. É imperativo que unidades de saúde estejam cada vez mais empenhados em implementar redes de acolhimento a minorias, estando sensibilizados e capacitados



para novas formas de pensar e agir em relação as pessoas transgêneras, entendendo que as mesma possuem individualidades que devem ser respeitadas e compreendida dentro do universo da saúde.

Tratar de discutir a travestilidade e sua relação com do Sistema Único de Saúde (SUS), principalmente no que diz respeito ao uso do nome social é evidenciar questões e caminhos que envolvem este tema vislumbrando conhecer mais sobre este universo e suas especificidades, “pessoas transgêneras são ainda as populações mais distanciadas dos serviços de saúde, e isso ocorre especialmente por falta de mecanismos específicos que venham a facilitar o acesso dessa população aos serviços”.<sup>(10)</sup>

São visíveis as dificuldades que grande parte da população brasileira enfrenta em relação à saúde pública, entretanto no que diz respeito às dificuldades do acesso a saúde pública e adequação ao atendimento a população (gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais) ainda é marcada pela invisibilidade. Esta invisibilidade torna-se, muitas vezes, um mecanismo de legitimação de preconceitos e discriminações que pode acaba por desencadear uma demora na procura por serviços de saúde, “são necessárias posturas que não estigmatize, discrimine e nem reduza nenhum ser humano em decorrência de sua cor, sexualidade, cultura, idade, permitindo a valorização das singularidades e das diferenças”.<sup>(11)</sup>

## CONCLUSÃO

Neste estudo se pretendeu numa primeira instancia investigar a percepção das travestis sobre a representação que os profissionais de saúde possuem delas e sua influência ou não na busca por atendimento à saúde. De acordo com os resultados, o artigo permitiu entender que o atendimento imposto às pessoas transgêneras de modo geral perpassam por ações que ferem os princípios do SUS interferindo significativamente no atendimento desses sujeitos, reverberando um conjunto de preconceitos, estigmas e discriminações no acesso as unidades de saúde. As falas das pessoas transgêneras que compõe este trabalho, representam uma oportunidade de refletir sobre o papel do profissional da saúde e, principalmente, das unidades de saúde e seu papel como instituição democrática. Proporcionar um atendimento humanizado e em sintonia com o contexto dessa pessoa transgênera é um direito e deve ser respeitado, cabendo a unidade e seus profissionais se adequarem a esta realidade.

É essencial compreender a importância de um atendimento contextualizado e baseado na premissa da isonomia, tendo em vista construir e promover a inserção de todos e todas no SUS percebendo esta dinâmica como um mecanismo de reafirmação da igualdade de direitos. Em sua prática as unidades de saúde e todo o conjunto que as formam, devem estar consonância com

valores que perpassa a valorização do ser humano em todas as suas dimensões. Propor pesquisar sobre esta temática oportunizou adentrar no universo das pessoas transgêneras e vivenciar seu dia a dia de violência, fazendo com que a defesa do direito ao acesso à saúde e ao atendimento digno fosse aumentada.

Neste sentido, atingindo todas as etapas que fomentaram esse trabalho, a escolha do tema, a pesquisa de campo, a coleta e interpretação de dados foram estabelecidas o diálogo fecundo entre a teoria e prática abrindo portas para discussões futuras. Acredita-se que os resultados apresentados aqui auxiliem diversos profissionais de enfermagem a terem um novo olhar para esses elementos presente nesta temática, elaborando um conjunto de estratégias que valorizem o desenvolvimento de novas pesquisas na área.

Por fim, propor e escrever este trabalho gerou diversas reflexões, conhecimentos, reinterpretações que passaram a motivar a busca por uma efetivação plena da humanização no atendimento em saúde a essa parcela da população reafirmando o papel democrático do SUS, concluindo-se que discursos ambíguos que geram inclusão, restringida e insuficiente, tem a capacidade de invisibilizar outras demandas, pelo qual estes devem ser reformulados e reconstruídos, em prol de uma atenção à saúde integral, equitativa e inclusiva.

## REFERÊNCIAS

1. BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Diretoria de Pesquisas. Coordenação da População e Indicadores Sociais. Indicadores sociodemográficos e de saúde no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE; 2010.
2. CARDOSO, M. R.; FERRO, L. F. Saúde e População LGBT: Demandas e Especificidades em Questão. *Psicologia: ciência e profissão*, v. 32, n.3, , 2012.
3. TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.
4. GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: GASKELL, G.; BAUER, M. W. (Org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 64-89.
5. PELÚCIO, Larissa. Na noite nem todos os gatos são pardos. Notas sobre a prostituição travesti. *Cadernos Pagu*. julho/dezembro de 2010. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n25/26528.pdf> >. Acesso: 11 de abril de 2016

6. PERES, W. S. Travestis: subjetividades em construção permanente. In: UZIEL, A. P.; RIOS, L. F.; PARKER, R. G. (Org.). Construções da Sexualidade: gênero, identidade e comportamento em tempos de Aids. Rio de Janeiro: Pallas, 2004.
7. BRASIL. Ministério da Saúde. Caderno de Atenção Básica: Saúde sexual e saúde reprodutiva. Série A, Normas e manuais técnicos. Caderno nº 26. Brasília-DF, 2010.
8. SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 8. 2011.
9. TERTO Jr. V. Homossexualidade e saúde: desafios para a terceira década de epidemia de HIV/AIDS. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 8, n. 23, p. 147-158, junho de 2010.
10. MELLO, L.; PERILO, M.; BRAZ, C. A.; PEDROSA, C. Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade. Sexualidade, Salud e Sociedad – Revista Latinoamericana, Rio de Janeiro, n.9, 2011.
11. PISANESCHI, Tatiane Crenn. Transexualidade, travestilidade e direito à saúde. São Paulo: Oficina Editorial, 2010.